



GOIÁS INDUSTRIAL

Órgão da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

ANO VIII

MAIO/JUNHO

1977

Nº 45

DEPOIS DO OURO, A BUSCA DO URÂNIO EM GOIÁS



**DIA DA
INDÚSTRIA COM
4 HOMENAGENS**

(MENSAGEM — PÁG-3)

ELEIÇÕES SINDICAIS NA ÁREA DA INDÚSTRIA



**TORNEIO INTERNACIONAL
DE BASQUETE
INAUGURA GINÁSIO DO SESI**

BRASIL.—ARGENTINA.—JOQUEI CLUBE-GO.—TENIS CLUBE-S.P.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE GOIÁS





A INDÚSTRIA GRÁFICA NO BRASIL

PESQUISA CAMPI/FIEG
(Fernando de Sousa Lima)

As primeiras tentativas de implantação de uma tipografia no Brasil datam de 1640, através dos colonizadores holandeses. Na época, a Holanda era o centro mais avançado nas artes gráficas e mais que uma tentativa foi feita no sentido de dotar Pernambuco, então dominado por holandeses, de uma oficina tipográfica. Entretanto, já nessa ocasião, o problema de mão-de-obra se fez presente, uma vez que, não conseguindo elementos capazes de operar seus equipamentos tipográficos, sentiram os dominadores estrangeiros que dificilmente poderiam levar adiante o seu desejo e abandonaram seu projeto.

Parece comprovado que em 1706 instalou-se em Recife uma pequena tipografia destinada à impressão de folhetos contendo orações. Esse fato é confirmado pela Carta Régia, de 08, de julho de 1706, que foi responsável pelo desaparecimento da tipografia mencionada.

Em 1724, os jesuítas instalaram uma tipografia à qual se atribuiu a impressão de vários trabalhos e, em 1746, efetuou-se a primeira tentativa no Rio de Janeiro, com o apoio do então Governador Gomes Freire. O responsável pela implantação dessa oficina, Antônio Izidro da Fonseca, transferiu-se de Lisboa para o Rio de Janeiro, encarregando-se, então, da

impressão de alguns trabalhos, como a "Relação de Entrada do Bispo Antônio do Desterro", redigido por Luiz Antônio Rosado da Cunha.

Entretanto, a política de colonização portuguesa desfavorecia iniciativas desta natureza, pois via-se na atividade tipográfica uma possibilidade de crescimento cultural da colônia e isso, obviamente, não interessava aos colonizadores portugueses.

Assim, em 10 de maio de 1747, determinou-se o confisco da oficina tipográfica de Antônio Izidro da Fonseca, tendo sido enviado para Portugal todo o material que compunha a seu acervo. O seu nome, porém, entrou para a história como o impressor do primeiro folheto no Brasil.

Igualmente impedida de exercer sua atividade, a tipografia instalada pela Academia dos Seletos em 1752 foi queimada pelas autoridades, após um pequeno período de existência.

Após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a história da Indústria Gráfica passa a ser escrita de maneira completamente diversa.

No dia 13 de maio de 1808 era assinado um decreto oficializando a tipografia no Brasil, com a criação da "Impressão Régia". Na montagem de sua oficina utilizaram-se equipamentos trazidos por Antônio de Araújo, o "Conde de Barca", equipamentos que

se destinavam à Secretaria de Estrangeiros e de Guerra, da qual era titular o próprio Antônio de Araújo.

Dessa tipografia saiu o primeiro número da "Gazeta do Rio de Janeiro", em 10 de setembro de 1808, que pode ser considerado como um modelo rudimentar dos jornais hoje existentes.

ASPECTOS GERAIS DA INDÚSTRIA — O PASSADO E O FUTURO

A importação de tecnologia e equipamentos para a indústria gráfica, tradicionalmente, sempre foi feita dos mercados da Europa e dos Estados Unidos.

O advento da II. Grande Guerra e suas conseqüências interrompeu, durante um período relativamente longo, a renovação do parque gráfico nacional e, a partir do instante em que esses problemas desapareceram, uma nova dificuldade se apresentava para os empresários do setor. Com efeito, uma tecnologia, de certa forma sofisticada, baseada em equipamentos essencialmente importados, tinha que enfrentar dificuldades para expandir-se, não só por ter o País já ingressado numa fase favorável em seu balanço de pagamentos como, também, pela quase total ausência de crédito para investimentos de capital, já que a inflação reinante obrigava que os recursos obtidos

financiassem quase que exclusivamente o capital de giro das empresas.

É fácil entender-se que a conjugação desses fatores veio a agravar substancialmente a obsolescência do equipamento utilizado no setor, determinando uma operosidade a níveis baixíssimos de produtividade. Em consequência, as empresas nacionais perdiam paulatinamente suas condições de competitividade, fato fortemente influenciado pela liberação de importações de obras editadas no exterior em língua portuguesa.

Estudos realizados pelo E.P.E.A., em 1967, mostraram um parque gráfico caminhando a passos largos para o caos. Equipamentos obsoletos, baixa expansão de produtividade, problemas sérios de qualidade na matéria-prima então utilizada, foram algumas das deficiências identificadas naquele estudo. A identificação desses problemas propiciou uma tomada de posição dos empresários que, apoiados por medidas governamentais, se engajaram em amplo programa de renovação do parque gráfico brasileiro.

A isenção de taxas alfandegárias para a importação de equipamentos, que até então beneficiava apenas os editores de livros e jornais, estendida à indústria gráfica em geral, possibilitou a rápida renovação do parque gráfico do país, que passou a ocupar lugar de destaque na América Latina.

A demanda de novos e modernos equipamentos eclodiu em 1968 e, mesmo depois de atendidas as necessidades mais urgentes, a importação de

máquinas continuou em ascensão contínua.

O quadro I, a seguir apresentado, fornece os totais de investimentos realizados em 1970 pelas indústrias gráficas. Para efeito comparativo, ele apresenta também os investimentos realizados pelo grupo das indústrias de transformação, devendo-se destacar que nele estão computados apenas os dados referentes aos estabelecimentos com mais de 5 empregados e/ou valor da produção maior que 640 salários mínimos de 1970.

sentavam, àquela época, apenas 31,7% do total das inversões. Os investimentos em equipamentos nacionais representavam, em contrapartida, 63,5%, podendo-se, portanto, notar uma inversão de tendências no que concerne aos investimentos totais em máquinas e equipamentos novos.

No que diz respeito ao equipamento usado, os índices relativos apresentavam alguma semelhança (5,6% na indústria gráfica contra 4,8% na indústria de transformação) sugerindo

QUADRO I INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS - 1970						
TIPO DA INDÚSTRIA	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					
	NOVOS				USADOS	
	NACIONAIS		IMPORTADOS			
	No. INF.	1000Cr\$	No. INF.	1000Cr\$	No. INF.	1000Cr\$
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	20893	2.547.691	2.720	1.270.481	3.647	191.283
IND. GRÁFICA	883	30.379	320	56.349	206	5.685

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1970.

Constata-se que, do total de investimentos em máquinas e equipamentos realizado pelo Setor, 64,5% foram provenientes de importação, 29,9% de aquisição de equipamentos nacionais novos e 5,6% corresponderam a parcelas destinadas à compra de equipamentos usados. Esses valores diferem claramente daqueles determinados para o conjunto das indústrias de transformação, cujos investimentos em equipamentos importados repre-

que, por ocasião do censo, os investimentos do setor gráfico em equipamentos usados já apresentavam tendência semelhante ao do conjunto das indústrias de transformação.

Ultrapassada a fase crítica, poder-se-ia esperar que melhores perspectivas se apresentassem para os empresários do setor. Mais uma vez, entretanto, viram-se eles envolvidos com uma crise: a falta de papel.

Certamente essas adversidades inspiraram o editorial do boletim informativo de ABIGRAF/RS em seu número de agosto/setembro de 1974:

Nuvens negras toldam o horizonte. Vozes agourentas ressoam lúgubres em nossos ouvidos, pressagiando crise, recessão econômica, guerra.

É lógico que estejamos todos preocupados com nossos negócios. Ninguém pode prever, planejar, pois as decisões maiores escapam aos mortais comuns".

E, mais adiante:

"Continuaremos a lutar, por certo, com as frágeis armas de que dispomos, mas com tenacidade, porque há em toda a indústria gráfica duas constantes: a extrema fragilidade e a obstinação. A fragilidade da grande, da imensa maioria das empresas do ramo gráfico evidencia-se em qualquer crise. A obstinação também. Por pior que



USINA DE BENEFICIAMENTO
COOPERATIVA CENTRAL RURAL DE GOIÁS LTDA.
 AVENIDA MARECHAL RONDON, 1.345 - TELS: 3-2867 E 2-1727
 CAIXA POSTAL 948 - C.B.C.M.F. Nº 01.561.851/0001
 GOIANIA - ESTADO DE GOIÁS

andem as coisas, o gráfico continua impávido, bracejando num mar encarpelado de problemas. Um mar tão grosso, que lhe impede a visão, sempre salpicada de respingos de um otimismo infundado.

Consequindo pôr-se a salvo, por milagre, passada a borrasca, o gráfico respira aliviado e não pensa jamais em construir, durante a bonança, uma jangada, que poderá mentê-lo à tona durante a próxima procela. Éta gentinha teimosal!"

A crise do papel, no início de 1974, foi considerada extremamente grave. O papel de baixa gramatura praticamente desapareceu do mercado. O suprimento de serviços gráficos às papelarias caiu vertiginosamente a partir do último trimestre de 1973, pois as gráficas, desde então, já vinham trabalhando com baixos níveis de produção, face à escassez do papel. Os preços do papel imprensa praticamente dobraram em 1974, tendo atingido níveis quase que insuportáveis para as nossas empresas jornalísticas.

A terapêutica adotada baseou-se num elenco de medidas em que sobressaíam a restrição, a exportação de papel e o desenvolvimento de programas de importação da matéria-prima básica da indústria gráfica.

Uma série de contatos no exterior favoreceu o incremento na importação de papel e a atuação de organismos governamentais na área de exportação, através do corte de incentivos fiscais, minimizou consideravelmente o problema de exportação. Foram medidas que, em última análise, permitiram que a crise fosse amenizada.

Apesar dos problemas que tem enfrentado, do baixo índice de rentabilidade do setor (comprovado por recente pesquisa no Rio de Janeiro, realizada pelo IDEG), o parque gráfico continuou a se modernizar, como demonstram os projetos aprovados pelo CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial (ver Quadro II).

condicionada muito mais às tradições familiares e ao desenvolvimento e ambição pessoal de elementos envolvidos nas atividades gráficas, do que a critérios científicos de formação empresarial.

Assim, administrava-se impunemente com empirismo e sem planejamento. A produtividade era baixa, não

QUADRO II
Principais Projetos aprovados pelo CDI
Período - julho de 1974 a dezembro de 1976

EMPRESA	SEDE	FINALIDADE	INV. FIXO FIXO (Cr\$ 1.000)	INCENTIVOS	APROVAÇÃO
Abril S/A Cultural e Industrial	SP	Moder/Ampli	15 590	9 441	jul/74
Litográfica Volta Redonda S/A	RJ	Ampliação	6.782	2 034	set/74
Servorms S/A - Serviços e Formulários Contínuos	SP	Ampliação	7.499	3 759	nov/74
Interprint Impressora S/A	SP	Ampliação	10.690	2 980	nov/74
Block Editores S/A	RJ	Ampliação	14 525	7 192	mar/75
Nassau Gráfica do Nordeste S/A	PE	Implantação	13.688	2 589	mai/75
Círculo do Livro S/A	SP	Implantação	14 475	2 266	jun/75
AGGS - Ind Gráfica S/A	RJ	Ampliação	10.360	319	jul/75
O Estado de São Paulo	SP	Ampliação	31 000	11 806	jul/75
Cia. Lithográfica Ypiranga "Maning" - Manufatura	SP	Modernização	17.926	8 742	out/75
Industrial Gráfica S/A	SP	Ampliação	15 976	(*)	jun/76
Gráfica Editora Primor S/A	RJ	Ampliação	4.744	(*)	set/76

(*) Nos boletins mensais do CDI, 1976 não foram indicados os valores relativos aos incentivos concedidos aos projetos.

FONTE: Boletim INFORMATIVO CDI - 1974, 1975 e 1976.

No que diz respeito ao futuro do Ramo Gráfico, pode-se dizer que ele está intimamente ligado à qualidade da nova geração de empresários.

Até um passado bastante recente, a formação do industrial gráfico estava

existiam sistemas de controle, a qualidade do serviço era negligenciada e o equipamento mal aproveitado.

A partir do momento em que o programa de modernização do parque gráfico atingiu sua plenitude, ocorreu

FERRAMENTAS CORTANTES

CAUSA



CONSEQUÊNCIA



o fenômeno de multiplicação de empresas do setor, já que os velhos equipamentos eram aproveitados por operários mais experientes e ambiciosos que tiveram então oportunidade de iniciar seu próprio negócio.

Assim, o crescimento do número de empresas gráficas, aliado a uma certa sofisticação do mercado, bem como, à passividade comercial, já tradicional no empresário gráfico, criou sérias dificuldades para o setor que se viu envolvido em guerras de preço e o seu conseqüente aviltamento. Um catalisador para o fenômeno era a falta de informações sintomáticas sobre os custos industriais. Agravava tal situação o fato de ser o mercado gráfico muito tradicionalista e a falta de imaginação do empresário que não criava novas necessidades de consumo de serviços gráficos.

Por outro lado, se o progresso na implantação de novos equipamentos permitiu a entrada de produtos gráficos brasileiros em outros mercados, originou, também, dois problemas que até hoje preocupam todos aqueles envolvidos no setor: a carência de mão-de-obra especializada e o crescimento desordenado com um certo empirismo a nível empresarial.

É certo que o parque gráfico desenvolveu-se largamente nos últimos anos, porém esta modernização aparenta ter ocasionado, pela forma em que se processou, um certo comprometimento em sua eficiência.

No que se refere à mão-de-obra especializada, a situação parece igualmente longe de ser considerada satisfatória, pois é ainda baixo o índice de profissionais gráficos que possuem formação profissional básica.

Fica claro, portanto, que uma nova geração de empresários, formada com auxílio dos recursos hoje disponíveis e consciente dos problemas e das crises já atravessadas pelo setor, será a responsável pelo futuro das empresas gráficas brasileiras. Tal futuro pode ser bastante promissor, já que o crescimento populacional, aliado ao programa governamental de erradicação do analfabetismo, além de um natural crescimento do mercado gráfico, auxiliado pelo processo de automação, conseqüente do desenvolvimento econômico do país, proporcionaria ao setor amplas condições de expansão.

A expansão gráfica já chegou também a Goiás, onde existe um

moderno e amplo parque gráfico do SENAI, na Escola de Formação profissional "Ítalo Bologna". Ali, estudantes aprendem a escola teórica e o trabalho prático de impressão, diagramação, fotolito, lay-out, encadernação, aparagem e distribuição dos trabalhos gráficos.

O Setor gráfico da escola "Ítalo Bologna" tem se dedicado somente a trabalhos da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, a que está ligada

através do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

No Palácio da Indústria, onde funcionam os diversos setores que fazem parte da FIEG, existem também pequenos setores de impressão em Off-set, Imagem Direta, Chapa metálica; Transparência; Xerox e Mimiógrafo. Neste setor, a FIEG, através do SENAI, SESI, CAMPI, CEMOT, está modernamente equipada, pronta a realizar qualquer serviço gráfico.

DECRETO INTRODUZ DIVERSAS ALTERAÇÕES NA CLT - FÉRIAS DE 30 DIAS

Decreto lei n. 1535, de 13 de abril de 1977.

Altera o capítulo IV do título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a férias, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 1 do artigo e do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n. 02, de 1 de abril de 1977.

DECRETA

Art. 1 - O capítulo IV do título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Capítulo IV
das férias anuais
Seção 1.

Do direito e da sua duração.

Art. 129 - todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 130 - após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas;

Parágrafo 1 - é vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

Parágrafo 2 - o período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

Art. 131 - não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado:

I - nos casos referidos no art. 473;

II - durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto não criminoso, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela previdência social;

III - por motivo de acidente de trabalho ou de incapacidade que propicie concessão de auxílio-doença pela previdência social excetuando a hipótese do inciso IV do art. 133;

IV - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário.

V - durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido; e

VI - nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese do inciso III do art. 133.

Art. 132 - o tempo de trabalho anterior a apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 90 (noventa) dias da